

As origens do clientelismo na vida política brasileira

Jurandir Malerba*

Resenha: GRAHAM, Richard, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 542 p.

Não poderia vir em melhor hora a cuidadosa tradução de *Clientelismo e política*, de Richard Graham, professor de História na Universidade do Texas em Austin, que abriga o Brazil Center, um dos mais importantes centros de estudos brasilianistas do mundo. Orientador de inúmeras teses sobre história do Brasil, o autor é conhecido entre nossa comunidade acadêmica sobretudo pelo clássico *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*, que completa trinta anos.

Clientelismo e política, publicado nos Estados Unidos em 1990, é o resultado de décadas de pesquisa sobre o tema, o que facilmente se verifica não apenas no amplo domínio da historiografia, mas sobretudo por um conhecimento incomparável da documentação manuseada, da qual se destaca a correspondência entre toda a casta dos políticos imperiais, das bases à cúpula, dispersa por infindos arquivos brasileiros. Dizia que a obra chega em boa hora por ser um referencial histórico inigualável para se contemplar o atual quadro político brasileiro, caracterizado pela hegemonia de um amplo acordo de forças de centro-direita, portadora de um discurso "modernizante" ou modernizador. É mote da elite política ora no poder o reforço da idéia de que ela vem conduzindo o país, através de uma estabilização econômica de custos sociais e durabilidade

* Prof. Adjunto de Teoria e Metodologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM); pesquisador-associado ao C.N.R.H. (UFOP). Mestre em História pela UFF, Dr. em História Social pela USP, Pesquisador-associado ao CNRH e Coordenador da coleção "Textos dos Tempos" (Editora Papirus)

questionáveis, a um estado de Direito desconhecido dos brasileiros, onde finalmente as instituições democráticas e representativas encontraram bases para se instalar.

Mas *Clientelismo e política* longe está de lidar com um objeto exclusivamente brasileiro. O clientelismo é um fenômeno universal, tem raízes ancestrais e perdura na maioria das sociedades contemporâneas em maior ou menor escala com variadas roupagens. Instituições medievais como a Universidade e a Igreja, que ainda existem embora renovadas - umas mais outras menos -, tem na clientela ou no "patronato" (*patronage* no original), com seus círculos concêntricos de poder, suas hierarquias e rituais, uma de suas vigas mestras. Richard Graham vem, pois, contribuir para o entendimento do fenômeno em uma sociedade e numa época em que ele se manifestou com extremo vigor. Mas em sua obra fica claro que, em função da hegemonia cultural das elites dominantes, o clientelismo não era visto como uma anomalia, como nossos conceitos atuais - não de todas as pessoas -, fazem entender. Era um valor difundido de cima para baixo com eficácia suficiente para que se aceitasse com naturalidade que tal sociedade tão hierarquizada e excludente era uma boa sociedade.

O século XIX está prestes a completar duzentos anos no Brasil. Quem algum dia já parou para ler os mais diferenciados discursos dos ideólogos do Império, os "fundadores" do Estado-Nação brasileiro, de parlamentares e juristas, de literatos e religiosos, certamente sente algo de familiar entre o que se propalou ontem e o que se veicula hoje. Salvo aquelas vozes dissonantes, poucas, que sempre bradaram e que muitas vezes foram caladas à força, no discurso oficial do Brasil monárquico - para ficarmos com o período do livro em questão -, o país sempre esteve a um passo do edifício democrático, fundado nas formas representativas do liberalismo burguês. Consultando-se, por exemplo, os principais pilares jurídicos do Estado Imperial (a Constituição de 1824, o Código Criminal de 1830 e do Processo Criminal de 1832 e o Código Comercial de 1850), dificilmente se poderia afirmar que eles foram elaborados por e para um país fundado na escravidão.¹ Mas já no século passado se inaugurava uma outra tradição analítica da realidade brasileira, que tomava a tarefa da desconstrução dessa ideologia. Quando a maioria dos políticos do Império acreditava tratar-se o Brasil de uma monarquia parlamentar, Tobias Barreto explicitou a falácia de um regime parlamentar fundado no poder moderador. Nessa linha, Oliveira Viana,

1 Cf. SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei*. Maringá: Eduem, 1994.

ele mesmo um importante ideólogo do Estado Novo, veio demonstrar o peso dos clãs parentais na política brasileira. Em meados do nosso século, Vitor Nunes Leal acusou ousadamente a vigência de práticas corrompidas de aliciamento eleitoral pelos chefes locais. Luiz de Aguiar da Costa Pinto, mais ou menos na mesma época, também se dedicou ao tema, observando o comportamento solidário e violentamente vingativo gerado pelos laços de família no Brasil. Essa crítica migrou para os espaços acadêmicos, produzindo trabalhos do porte dos de Maria Izaura Pereira de Queiróz e Maria Sylvia de Carvalho Franco.²

A obra de Richard Graham coroa essa linhagem interpretativa. Reitera-a ao indicar a força da família, estendida, que incluía uma vasta sorte de protegidos que iam muito além dos laços de sangue. A parentela constituía uma complexa hierarquia que, para usar uma imagem tradicional mas eficaz, tinha no ápice da pirâmide o senhor de escravos, estes na base, e intermediada por homens e mulheres ligados por relações de proteção/lealdade muito além da consaguinidade e mesmo do compadrio. As fronteiras familiares, da família organizada à maneira do *domus*, no caso de uma fazenda por exemplo, englobava escravos, empregados, arrendatários, compadres, afilhados e toda a parentela próxima e distante (p. 37).

Assim estabelecida a unidade político-econômica da sociedade, emergia a ascendência dos potentados locais. As instituições políticas nela se fundavam e a ela, com todas suas hierarquias, procuravam perpetuar. Graham é explícito ao enunciar que tais instituições objetivavam a manutenção da ordem, e uma ordem cuja lógica era a dominação de classe. Assim e por isso era garantido aos proprietários o direito de exercer a aplicação legítima da violência dentro do espaço doméstico, como garantia da manutenção da disciplina na casa. Em troca de lealdade, deferência e obediência, os potentados, revestidos da autoridade de um *pater-familias*, ofereciam a seus dependentes a proteção zelosa de um pai. Da mesma forma, aqueles potentados locais esperavam do governo central, do Imperador, o mesmo compromisso. As redes de clientela/proteção perpassavam todos os degraus da sociedade, o Estado funcionando com uma grande família.

² Cf. BARRETO, Tobias. *A questão do Poder Moderador e outros ensaios brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 1977; VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982; PINTO, Luiz de Aguiar da Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980; LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948; QUEIRÓZ Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB/USP, 1969; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

A estrutura da família, casa e clientela ganhava legitimidade em ser refletida no Estado e no Universo, onde a autoridade fluía de cima para baixo, de Deus para o rei, para o chefe de família e para o escravo, com gratidão e obediência sendo oferecidas em retorno. (p. 62)

A partir desse entendimento-chave, o autor passa a escrutinar a vida política brasileira no século XIX, remontando seu funcionamento em todos os níveis, do imperador ao conselho de ministros, dos presidentes de província aos juizes, delegados e subdelegados e aos inspetores de quartirão. Em todos esses âmbitos, demonstra o peso do clientelismo, pondo por terra as antigas análises dicotômicas que opunham "centralização" à "descentralização", que insistiam em localizar todo o poder ou no centro/governo ou na periferia/chefes locais. O governo centralizado, explica o autor, foi a melhor opção das classes abastadas do Império, ao lhes garantir autoridade legal e legitimidade consubstanciada numa monarquia tradicional. O governo era tão cliente e dependente do chefe local quanto este daquele.

A partir desses pressupostos, ficam claras as relações entre eleições e clientelismo. Embora os segmentos no poder tivessem como obrigação oferecer eleições honestas e ordeiras, haviam antes que ganhar as eleições sempre - e sempre o faziam, a não ser que determinado potentado local já tivesse seu poder minado. Para isso, usavam das mais diversas técnicas, sendo que o emprego da força seria o último expediente, nunca descartado se fôsse o único a garantir a vitória eleitoral. Em um capítulo um capítulo sobre o "teatro das eleições", o autor demonstra como elas se regularam desde 1821, analisando toda a legislação que dava conta da matéria, estabelecendo quem e como se votava em vários níveis. Devido ao ritual teatralizado da eleição, era importante haver um amplo segmento de população apta para o voto.

Graham põe por terra mais uma mitologia historiográfica: a que entendia ser exclusivamente a propriedade o critério de qualificação eleitoral. Com base apenas no sexo e na idade, e não apenas pela exigência de renda, acabava a maioria dos livres sendo desqualificada de imediato. Mas até 1881, ao contrário do que se afirmava, o peso da renda na qualificação era efetivamente pequeno. A lei eleitoral desse ano reduziu drasticamente o número de votantes - que até então deveriam ser do sexo masculino, maiores de 25 anos e com renda líquida de 100 mil réis, elevada para 200 mil em 1846 -, de um milhão para cerca de 150 mil qualificados. As classes dirigentes temiam então a inserção na vida política de grandes con-

tingentes de pobres e libertos que se anunciava com o fim virtual da escravidão. Antes daquela data as comunidades locais, mesmo os desqualificados, acabavam participando como testemunhas, como coadjuvantes do processo eleitoral, graças à publicidade que se dava aos rituais em torno das urnas que se colocavam dentro das igrejas, onde até as fardas, librés e espadins que os homens portavam reforçavam a estrutura hierárquica da sociedade.

No tocante às lideranças locais, base do poder político, Graham confirma a ascedência dos grandes latifundiários na vida política nacional. Quando havia mais de um chefe pleiteando espaço político, os grupos rivais inevitavelmente apelavam ao recurso da violência, fôsse ela legalmente sancionada através do uso da Guarda Nacional e do Exército pelos situacionistas, fôsse pelo emprego de jagunços armados sublevados em nome de um líder de oposição. Numa situação quase sempre tensa, as fraudes mais variadas, do controle da mesa à duplicação de cédulas ou simples suborno, grassavam invariavelmente.

Um dos pontos altos da obra está na relativização das definições partidárias. Já outros autores haviam sugerido anteriormente a fluidez dessas fronteiras. Através da análise de alguns casos concretos, o autor demonstra como os cidadãos se aglutinavam politicamente em função de lealdades pessoais e não por identidades partidárias e ideológicas, o que fazia das siglas dos partidos algo bastante difícil de se definir. Inúmeras vezes assistiu-se aos conservadores implantando plataformas liberais e vice-versa, os liberais assumindo atitudes conservadoras ao chegarem ao poder. O dever político, mais uma vez, nada tinha a ver com programas, mas com lealdades pessoais forjadas no clientelismo. Os partidos, nas palavras do autor, apenas "*funcionavam bem o suficiente para manter a hegemonia dos ricos*" (p. 231).

Sobre a base social dos partidos, vai definitivamente por terra a ligação entre partidos e classes sociais, como já se propôs na historiografia, por exemplo, ao se identificar os conservadores às elites agrárias tradicionais e decadentes do Nordeste açucareiro e os liberais às supostamente empreendedoras elites cafeeiras do Sudeste. Graham deixa evidente que nem uns nem outros podem ser descritos como pertencentes a essa ou aquela classe. Os potentados locais com sua vasta clientela eram a base de ambos os partidos, podendo mesmo migrar de um para o outro, conforme variavam as alianças locais. Comerciantes em geral atrelavam-se aos latifundiários. Pequenos proprietários agrícolas, por sua vez, não controlavam clientelas tão extensas a ponto de pesarem nas eleições, que

se definiam sobretudo no campo. Apenas no final do período monárquico, devido ao impacto de alguns fatores como a implantação das estradas de ferro, da alta do café no mercado internacional, a incipiente industrialização e o fim anunciado da escravidão é que as elites obrigaram-se a rever o sistema eleitoral, o que se deu com a Reforma altamente excludente de 1881. A partir de então, definitivamente, só homens de posse passariam a votar, embora isso por si só não surtiria efeito algum nos padrões clientelísticos vigentes, que se estenderam República adentro com novas roupagens.

No último capítulo, através da análise de centenas de cartas com pedidos de recomendação, o autor escrutina os padrões de comportamento clientelístico vigentes no Império, que ligavam solicitantes, intermediários *missivistas* e destinatários em dúbias relações de dependência, "ligações ansiosas" prenhes de reações emocionais, onde cada parte pugnava por ter reconhecido seu suposto valor. Nessas redes epistolares estava em jogo, sobretudo, a ascendência e a própria sobrevivência de cada família - e os lugares de quem pedia, concedia ou negava o pedido também variavam com extrema fluidez. Conceder ou negar um pedido implicava numa reação em cadeia de troca de posições nas alianças, que se reafirmavam e aprofundavam ou rompiam gerando intensos ressentimentos.

Numa obra de tamanha invergadura, em profundidade e extensão, é praticamente inócuo pretender-se apontar problemas. Os que me tocaram resumem-se a opções bibliográficas para determinados pontos - e, como opções, são pessoais, não comprometendo em nada a estrutura do texto. Para comprovar a universalidade do fenômeno "clientelismo" resgato, por fim, o paralelismo entre o tema de *Clientelismo e política* e a "cultura política" brasileira vigente nesse final de século XX. Mudaram os personagens, algumas instituições, os meios agora tão sofisticados, mas algo muito essencial das práticas políticas criadas durante o século XIX insiste em perdurar. O livro do Prof. Graham nos permite comprovar essa afirmação. Cabe-nos, neste fim de século XX, tentar romper com esse passado-presente.